



# Anais da Assembleia

N.º 100

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 30 DE AGOSTO DE 1.979

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

### ATA DA 94ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 1.979

(QUINTA-GEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Rosário Pitelli.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielise Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Indicação:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da Aliança Renovadora Nacional, indico os Deputados:

AIRTON CORDEIRO  
TÉRCIO ALBUQUERQUE  
GILBERTO CARVALHO  
DAVID CHERIEGATE  
EGON PUDELL  
FRANCISCO ESCORSIN  
JURANDIR MESSIAS  
LEÔNIDAS CHAVES  
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA  
RENATO BUENO  
TÚLIO ZANCHET  
WERNER WANDERER

para comporem a Comissão Especial que participará no II Congresso Estadual de Municípios, a ser realizado pela Associação dos Municípios do Paraná, entre os dias 12, 13 e 14 de setembro, na cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o

arquivamento do Projeto de Lei n.º 166/77, de sua autoria, que visa declarar de utilidade pública a Associação Nossa Senhora das Brotas, com sede em Piraí do Sul.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1979.

(a) DÁCIO LEONEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Desembargador MARINO BUENO BRANDÃO BRAGA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando designação de Juiz Titular para a direção do Fórum da Comarca de Santa Izabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1.979.

(a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

Desde sua instalação, a Comarca de Santa Izabel do Ivaí vem sendo atendida por juízes substitutos, titulares da vizinha Comarca de Loanda. Cumpre ressaltar que além da sede da própria comarca, Loanda jurisdiciona também os Municípios de Querência do Norte, Porto Rico, Santa Cruz do Monte Castelo e São Pedro do Paraná o que, sem dúvida, representa excessiva sobrecarga de trabalho.

Por seu lado, Santa Izabel do Ivaí, que jurisdiciona também o Município de Planaltina do Paraná, sente-se sensivelmente prejudicada em virtude da acefalia do Fórum local.

Entendo que o Poder Judiciário, sempre voltado para um profícuo e ágil andamento da própria Justiça, há de tomar as devidas providências para equacionar a situação ora exposta, necessárias que são para a consolidação daquela comarca.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de solidariedade e voto de apoio ao movimento grevista iniciado pelos motoristas de caminhões de transportes no Município de Marechal Cândido Rondon, neste Estado, movimento este iniciado no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1979.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo informações recebidas ainda no dia de hoje, fui informado de que os motoristas de caminhões de transportes do Município de Marechal Cândido Rondon, estão em greve. Entrei em contato com alguns elementos ligados à classe e estes reivindicam, a meu ver, o que é justo, portanto, legal.

O transporte do trigo de Marechal Cândido Rondon até a cidade de Guaíra, vem sendo pago na ordem de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por tonelada, quando a nova tabela aprovada pela Delegacia Regional do Trabalho concorda com a quantia definida de Cr\$ 160,00 (cento e sessenta cruzeiros) por tonelada da carga transportada naquele mesmo trecho.

Esperam os motoristas que o CETRIN, bem como a Empresa de Transportes Santa Rosa, responsável pelo pagamento de tais fretes, reajustem o preço para o transporte do citado cereal.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os veículos de divulgação do País estão noticiando, com

destaque, a conclusão dos estudos pelo DASP e Ministério do Planejamento, para a concessão do 13.º salário aos funcionários civis e militares da União. A medida que vem sendo pleiteada desde 1.962, pelos funcionários estatutários da União, dos Estados e dos Municípios vai ser objeto de aprovação dentro em breve, já na área federal.

Trata-se de justa reivindicação da laboriosa classe dos funcionários públicos.

Em nosso Estado, assim que for aprovada a concessão do 13.º salário na área Federal, deveria também ser implantado o que viria atender aos anseios da classe. A propósito e neste sentido, peço vênha para REQUERER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador, no sentido de que ultime providências junto à Secretaria dos Recursos Humanos, para que inicie estudos com o fim de viabilizar a concessão desse benefício, aos funcionários do Estado, tão logo seja concedido na área federal, aos funcionários civis e militares da União.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendidas as formalidades legais, REQUER o envio de expediente ao INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e ao ITC — Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, solicitando imediata interveniência em relação ao litígio de terras na zona suburbana de Pouso Frio, Município de Toledo.

A situação existente desde a criação do município - há 27 anos -, está ocasionando um crescente problema social. Na área, residem mais de 9 mil habitantes, trabalhadores de pequena renda e "bóias-frias" que possuem apenas a posse dos terrenos.

A localidade de Pouso Frio, não possui ruas traçadas, iluminação elétrica e serviço de água e esgoto, carecendo urgentemente de urbanização. No entanto, sem uma definição domínial, a Prefeitura Municipal e as empresas de economia mista não têm interesse em solucionar esses problemas mais graves.

Tendo em vista, portanto, os sérios problemas sociais, o INCRA e o ITC, devem - o mais rápido possível -, legalizar a área sob indefinição documental e domínial.

Requer, outrossim, o envio de correspondência, comunicando o teor do presente, aos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Toledo, bem como ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Associação dos Moradores e Amigos da Vila Pioneira, também Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie ofício ao Excelentíssimo Sr. CLEON GUATEMOZIN, DD. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, enviando voto de solidariedade, pelo mesmo ter dado posse aos Vereadores cassados e anistiados MARCOS KLASMAN e GLÊNIO PERES, ao mesmo tempo que, do pronunciamento desta Casa, se dê também ciência aos referidos Vereadores.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1979.

(a) DARCY DEITOS

#### JUSTIFICATIVA:

A tomada de posse dada aos Vereadores cassados e anistiados, MARCOS KLASMAN e GLÊNIO PERES, vem permitir

a reintegração à vida política brasileira de dois autênticos lutadores pela democracia em nossa Pátria, bem como representa o início de reintegração à nossa vida política de todos aqueles que tiveram punições nesses longos quinze anos de arbítrio, hoje oficialmente reconhecidos. E, no caso específico, onde a cassação de mandato foi um ato ilegítimo e absurdo, nós temos que nos solidarizar com a bravura do Poder Legislativo de Porto Alegre, que assume a responsabilidade pela reintegração de dois de seus membros legitimamente eleitos pelo povo daquele município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao CONSELHO INTERMINISTERIAL DE PREÇOS — CIP, enfatizando a necessidade de imediato reajuste dos preços do trigo.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

As contínuas e crescentes elevações dos preços de adubos e inseticidas, manipulados de forma descriteriosa e abusiva pelas empresas multinacionais, absolutas controladoras dos produtos, geraram como inevitável, corrosiva e inflacionária consequência, uma natural defasagem nos preços de diversas produções agrícolas, dentre as quais destaca-se o trigo.

Não bastasse o inconcebível e inaceitável processo conhecido como "passeio do trigo", que provoca como resultado a discrepância pela qual fatalmente o produtor aparece como o maior prejudicado, tendo em vista a diferenciação de preços na época da entrega da produção e sua súbita elevação após a industrialização praticamente restrita às mãos estrangeiras em razão do fechamento dos moinhos coloniais, o produtor vê-se às voltas com o já dito manuseio extorsivo dos preços dos fertilizantes e inseticidas.

São razões que clamam por medidas nacionalistas e que tenham como objetivo final, maiores e sólidos incentivos aos triticultores. Entendemos ser oportuna a época para a efetivação de reajustamento dos preços do trigo, mormente agora que se anuncia uma safra "record". O reajuste não apenas servirá como estímulo, mas dará ao agricultor a garantia da já afirmada prioridade governamental, anunciada como esteio para a tarefa da busca da auto-suficiência na produção nacional.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. EDSON MACHADO DE SOUZA, DD. Secretário da Educação e da Cultura, apelando no sentido de serem mantidas todas as séries escolares da Escola Estadual "Santa Cândida", no bairro do mesmo nome, em atenção ao interesse da comunidade, pois a transferência das 7.ª e 8.ª séries para outro estabelecimento como está previsto, é totalmente inconveniente aos alunos, pela distância que terão que percorrer para alcançar o estabelecimento mais próximo, de pelo menos um quilômetro, a pé ou utilizando-se de ônibus expressos e, alguns necessitando utilizar de duas conduções, o que, sem dúvida, será motivo de preocupação aos seus pais, pelo maior risco a que vêm expostos seus filhos, como ainda as despesas que acarretarão as suas locomoções, sabendo-se que na maioria, são pessoas pobres que não tem condições de arcar com o ônus de transportes; considerando-se, finalmente, que o motivo alegado para a transferência dessas duas séries que já vem funcionando no referido estabelecimento, construído há dois anos, é a falta de espaço físico, seja determi-

nado por Sua Excelência o Sr. Secretário da Educação, a construção urgente, de mais duas salas no mesmo prédio, atendendo assim aos justos anseios da comunidade de Santa Cândida e próximas, que também convergem para o mesmo estabelecimento, as quais seriam mais seriamente atingidas com a medida que se pretende adotar de transferência das referidas duas séries escolares.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1979.

(a) LINEU TURRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder da carta escrita no exílio pelo ex-Governador de Pernambuco, MIGUEL ARRAES, e encaminhada a diversos companheiros e correligionários para ser do conhecimento do povo brasileiro, publicada no dia de ontem, 29/08/79, pelo jornal Indústria e Comércio, desta Capital.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1979.

(a) WALDYR PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

O regime que se instalou em 1.964, em nosso País, obrigou diversos patriotas a viverem em longo exílio, para não serem perseguidos ou mortos por aqueles que usurparam o Poder.

A anistia ampla, geral e irrestrita, a única capaz de corrigir, em parte, os erros cometidos pelos detentores do Poder ainda não foi alcançada. Ainda permanecem nas prisões diversos patriotas que o único "crime" que cometeram foi o de lutar contra o imperialismo e por condições mais justas de vida para todo o povo brasileiro.

Esse tétrico período histórico jamais se apagará da memória dos brasileiros. Nem mesmo com a conquista da Anistia ampla, geral e irrestrita, pois ela não trará de volta os brasileiros que foram assassinados nos cárceres do regime.

Hoje, vítima de enorme pressão popular, o regime já não tem como impedir a volta desses brasileiros que foram obrigados a viver tão longo tempo fora do Brasil. A volta deles não deve ser interpretada por ninguém como dádiva dos poderosos do dia, mas sim, como fruto da vontade popular.

Para nós, que ao lado do povo resistimos ao totalitarismo, à opressão e à ditadura, é reconfortante vermos documentos como este do ex-Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, escrito no exílio e encaminhado a diversos concidadãos para ser do conhecimento do povo brasileiro. Um documento que deve ser analisado sem paixões, sem interesses escusos, por todos aqueles que lutam por um Brasil livre. Sobre ele, as mais profundas reflexões devem ser feitas para alcançarmos novo estágio de convivência para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

No horário reservado à Liderança do MDB, a Mesa consulta ao Movimento Democrático Brasileiro se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No horário reservado ao MDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Agradeço inicialmente, pela oportunidade de fazer uso do horário da minha Liderança. E gostaria de trazer ao conhecimento da Casa, mais para o registro, do que para apelo, porque, apelar nestas alturas, quase não vale mais a pena.

Sobre o problema que enfrentam os produtores de leite na minha região, principalmente Marechal Cândido Rondon, Santa Rosa e arredores.

Sr. Presidente, nobres Deputados, continua especulando-se com a fome do povo brasileiro.

Nós somos no Paraná, um Estado agrícola. A nossa maior riqueza está concentrada no campo. Entretanto, o Governo declarou guerra ao produtor rural. O avanço do grande capital, da empresa capitalista no campo, gerou uma série de pragas: a nota promissória rural, o confisco da soja, a peste suína, a classificação discriminatória na compra de vários produtos, como é o caso do fumo, trigo, leite, suíno, o cancro cítrico e tudo isso vem se somar para produzir a pobreza rural em que se encontra o nosso agricultor, na figura desfigurada do bóia-fria, a migração interna, falências e concordatas, suspeitas de serem fraudulentas, o problema gravíssimo criado pelo Grupo Abdala em Porecatu, e tantos outros.

E hoje quero trazer à Casa, a nossa inquietação quanto aos produtores de leite na minha região e que talvez atinja a todos os produtores de leite do Estado do Paraná. Não podia, no entanto, observar no início, que o leite é a matéria prima mais importante de uma Nação; porque o leite é investido diretamente na pessoa humana.

Conhecido está pelos cientistas na medicina, que a criança que não se alimenta suficientemente e cujo produto principal é o leite, do zero aos quatro anos, acaba tendo deficiências mentais e cria sérios problemas ao seu desenvolvimento normal. E nós sabemos de milhares de crianças carentes, na figura do menor abandonado, sabemos portanto, da preciosidade que significa este produto para o normal desenvolvimento do nosso povo.

No entanto, os produtores de leite, os responsáveis portanto pela geração da maior riqueza agrícola de um País, estão a reclamar uma série de abusos que são cometidos na minha região, pela "Laticínios Rainha".

Essas reclamações são, por exemplo, o atraso de pagamento aos produtores, por 90 dias, enquanto que a empresa fica operando no "Open Mark" com este dinheiro, sem computação de juros. Reclamação contra a fraude na pesagem do leite, na classificação e desconto ilegal de gorduras, comprovadas por testes realizados pelos próprios agricultores. Os produtores são acusados falsamente de misturarem água ao leite, quando na verdade um colono levou o leite comprado e produzido pela própria Laticínios Rainha até o dono e gerente da empresa pedindo que o classificasse, dizendo que era leite que ele trazia de sua casa.

E ali foi constatado 60 por cento de água. A própria empresa constatou 60 por cento de água no leite que ele mesmo vende; e o agricultor é acusado de cometer essas fraudes.

Embora o empresário e dono do Laticínios Rainha tenha transferido a responsabilidade e a culpa bem como a possível solução deste problema à SUNAB, sabemos que esta mesma SUNAB realmente constatou várias infrações e irregularidades cometidas pela referida empresa. O que fez com que esse empresário viesse até Curitiba, acompanhado do cacique político de Rondon para pedir complacência; para pedir clemência à SUNAB.

Os produtores queixosos, entregaram-me uma dezena de notas fiscais para comprovar o seu desânimo, o seu desalento, em continuar produzindo esta matéria preciosa que é o leite, diante dos preços irrisórios que lhes são pagos. Tenho aqui em mãos uma série de notas fiscais que me entregaram. A média, soma Cr\$ 1.300,00 por mês. Para um rendimento médio de 300 quilogramas de leite por mês e por produtor.

Quanto ao preço, num recente estudo publicado na Revista Paranaense de Desenvolvimento do BADEP, revela que o lucro na produção de leite, a nível do médio produtor, ou seja aquele que possui um rebanho de aproximadamente trezentas cabeças, poderá render uma margem operacional de cerca de 15 por cento apenas. Enquanto que os produtores menores, como é o caso dos produtores, na minha região, estariam desca-

pitalizando-se com crescentes prejuízos. E isto revela-se na revista "Desenvolvimento", à página oitenta e quatro.

Observa-se aqui inclusive está abaixo daquilo que foi estipulado pelo Estatuto da Terra, que prevê um lucro sobre qualquer produto agrícola, de 30 por cento mas um empresário médio dessa produção do leite, recebe apenas 15 por cento e os que estão abaixo, têm crescentemente prejuízos. Por outro lado, avalia a mesma revista, que a indústria de laticínios, de tamanho médio, obterá uma remuneração em torno de 40 por cento em relação ao capital investido. Vejam os Senhores, o disparate. Ao agricultor, àquele que faz o trabalho grosseiro, aquele que levanta de madrugada para atender esse serviço, porque não dedica-se unicamente à produção do leite; aquele que caminha quilômetros para deixar o produto na beira da estrada e a ser recolhido pela empresa, aquele recebe menos de 15 por cento, e inclusive tem prejuízo e está descapitalizando-se. Enquanto que às indústrias, lhes está assegurado o lucro de 40 por cento.

Portanto, a "Laticínios Rainha", provavelmente o lucro é maior, porque operava e opera com fraude e atraso nos pagamentos do produtor, constatado pela própria SUNAB.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há necessidade de nos sensibilizarmos em torno desta questão, porque nós somos sabedores, segundo informações de pesquisas feitas, que o Brasil poderia ter a sua população super-alimentada, porque a produção total do leite, por ano, no Brasil, é de nove vírgula três milhões de litros de leite; enquanto que necessitaria para alimentar cem milhões de brasileiros, nove bilhões de litros de leite e novecentos milhões de quilos de manteiga; seriam suficientes.

No entanto, a fome grassa em todo o nosso País. No entanto, os menores continuam carentes desse líquido precioso necessário e vital para o seu desenvolvimento e para a saúde da população.

Mas, se isso não bastasse, temos notícias de revistas e de jornais, onde em regiões do Nordeste, o leite foi despejado no Rio São Francisco, porque os produtores não recebiam o suficiente. Sabemos que em outras épocas, este mesmo produto era servido aos suínos, porque não compensava vendê-lo aos laticínios, ao mercado e ao consumidor.

Este é um grave pecado; esta é uma grave situação que enfrenta o povo brasileiro consumidor, e principalmente aquele que é responsável pela produção desta matéria. Há necessidade de nos sensibilizarmos e de tomar-se medidas nesse sentido. Porque, do contrário, seremos sempre uma Nação subdesenvolvida e um povo subnutrido.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Consulto à Liderança da ARENA se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 24/77, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que denomina "Antônio Lacerda Braga", a rodovia que liga o Município da Lapa ao de Porto Amazonas. Parecer Favorável da C.C.J., na forma do substitutivo geral, por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 130/77, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que denomina "Jayme Canet" a rodovia estadual que liga a Rodovia "Parigot de Souza" Joaquim Távora - Carlópolis e Passo dos Leites, na divisa com o Estado de São Paulo. Parecer Favorável da C.C.J., por maioria.

— **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 35/79, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais - SOS", com sede na cidade de Mal. Cândido Rondon. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 81/79, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Mariana", com sede e foro na cidade de Santa Mariana. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 89/79, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a "Casa de Recuperação Nova Vida - CRENVI", com sede e foro nesta capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 72/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 69/79), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, e municípios especificados, objetivando a distribuição gratuita de produtos farmacêuticos da linha básica da Saúde Pública. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 73/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 70/79), que aprova o Termo de Renovação ao Convênio 02, celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CURITIBA, com a participação de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras de complementação da via de ligação Curitiba - São José dos Pinhais. Pareceres Favoráveis da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 74/79, de autoria da C.C.J. (Mens. Govern. nº 75/79), que aprova convênio de cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de CAMPO MOURÃO, objetivando condicionar diretrizes de trânsito com o planejamento urbano do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 90/79, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a "Creche Anjo da Guarda", com sede e foro na cidade de Campo Largo. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 90/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "CRECHE ANJO DA GUARDA", com sede e foro na cidade de Campo Largo.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação estadual, federal e pertinente à matéria, e tem por objetivo dar atendimento e amparo a menores necessitados, assistência educacional, alimentar e de saúde, sem qualquer discriminação de credo religioso ou político, de raça ou nacionalidade, e a

colaboração com entidades públicas e privadas, voltada especialmente para a solução dos problemas da comunidade.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 90/79

De autoria do ilustre Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, o presente Projeto de Lei n.º 90/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "CRECHE ANJO DA GUARDA", com sede e foro na cidade de Campo Largo.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade citada, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
NELTON FRIEDRICH — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/79, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 68/79), que autoriza transferir à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, lote de terreno de propriedade do Estado, situado na planta urbana do Município de Itapejara D'Oeste. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 93/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, o lote n.º 3, da quadra n.º 75, da planta urbana do Município de Itapejara D'Oeste, de propriedade do Estado do Paraná, conforme averbação à margem da transcrição n.º 9682, livro 3-J, do Registro de Imóveis de Pato Branco, lote esse de forma irregular, com área de 710 m<sup>2</sup>, fazendo frente para a rua Fernando Ferrari, onde mede 20m, confrontando, de um lado, com o lote n.º 2, onde mede 38m, de outro, com o lote n.º 4, onde mede 33m, e, nos fundos, com parte do lote n.º 6 e parte do lote n.º 7, onde mede 20m.

Art. 2.º — A transferência de que trata o artigo anterior será procedida a título de integralização por parte do Estado do Paraná, em futuro aumento de capital da Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, mediante prévia avaliação e preenchimento de todas as formalidades da legislação pertinente.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) PODER EXECUTIVO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 93/79

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, lote de terreno que especifica, no Município de Itapejara D'Oeste, com a finalidade de que ali seja construída uma Central Telefônica.

O projeto, de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, não fere qualquer dispositivo legal ou constitucional, merecendo ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1979

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99/79, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "Ação Social São João Batista", de Lontrão, Município de Imbituva. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 99/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada como de utilidade pública a AÇÃO SOCIAL SÃO JOÃO BATISTA, da localidade de Lontrão, Município de Imbituva, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de agosto de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade em apreço tem por finalidade o atendimento das necessidades materiais e morais da Infância e da Juventude, propondo, às autoridades competentes, soluções para os seus problemas.

A documentação que anexamos, comprovam os requisitos essenciais previstos pela legislação.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa Legislativa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 99/79

De autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública a AÇÃO SOCIAL SÃO JOÃO BATISTA, da localidade de Lontrão, Município de Imbituva, neste Estado.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento, pela entidade dos requisitos essenciais exigidos pela legislação Federal e Estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
PAULO CAMARGO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial que participará no II Congresso Estadual de Municípios, a ser realizado na cidade de Foz do Iguaçu. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leoneh, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 166/77. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em sugestão, visando a criação da Secretaria da Comunicação Social. — Em votação.

O SR. LINEU TURRA — (Para encaminhar). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A sugestão do nobre Deputado Airton Cordeiro, na verdade, não traz fundamentos e justificativa, nem no próprio requerimento, nem nas suas ponderações feitas nesta Casa. Nós estamos num momento em que não vemos porquê se criarem mais órgãos no Estado. Acho que é necessário dinamizar os existentes, que estão emperrados.

Criam-se Departamentos, Secretariats e Empresas Públicas

que, na verdade, nada fazem, a não ser transformarem-se em cabides de empregos. À pretensão de criar-se, no Estado do Paraná, uma Secretaria de Comunicação Social, isto será uma monopolização no meio de propagandas que possam fazer livremente, perante a opinião pública. É a implantação de um sistema de controle pelo Estado e, principalmente, pelo Poder Executivo, de todo o sistema de comunicação, como nós já vemos aqui no Brasil.

Criar-se uma Secretaria de Comunicação Social, nós estamos sabendo que isto é altamente contrário aos interesses da classe de jornalistas, de homens que estão realmente engajados no setor de propaganda. Já o Ministro Hélio Beltrão, que esteve aqui recentemente, disse que precisamos reduzir a presença do Estado na sociedade, e não ampliá-la, a pretexto de que Brasília quer isto.

Quem quer essa Secretaria de Comunicação Social?

A opinião pública, os profissionais do Paraná, a imprensa do Paraná? Não. Diz-se que é Brasília, o Governo Federal que quer, deseja esta novidade. E por quê? A criação da Secretaria de Comunicação Social a nível de Governo Federal teve contra si o clamor de toda a imprensa nacional, de toda a classe de propaganda, da opinião pública nacional, porque ela partiu de um pressuposto de estatizar a propaganda governamental, representando mais uma tentativa de controle sobre a imprensa, do que o objetivo de apoiar as liberdades públicas.

Nós identificamos essa pretensão como uma recomendação vinda de cima, vinda de cima para substituir a censura policial, por outros meios mais sutis, mais camuflados, para esca-motear mais ainda os direitos e as liberdades públicas.

Faço um apelo aqui e agora ao nobre Líder Erondy Silvério, que ao longo de sua vida pública tem sido um defensor das liberdades públicas, que não permita, na sua condição de Líder, que se dê aprovação nesta Casa, a este requerimento.

Peço que seja meditado sobre o problema, porque na verdade virá trazer esta Secretaria mais ônus para o Estado, e irá fazer-se ao continuarmos assim, o que fizeram no Rio Grande do Sul, que a arrecadação do Estado está indo tão somente para pagar o funcionalismo público. E aqui no Estado do Paraná, nós já estamos chegando a este ponto, em que o Governo do Estado não tem condições sequer de dar um acréscimo de 20% para o funcionalismo, um pequeno aumento de 20% para os seus servidores.

Então, criar-se uma Secretaria de Estado e digo mais, Srs. Deputados, já existe, posso dizer aos Srs., um Secretário para esta Secretaria de Comunicação Social, já existe até um cidadão que está escolhido para este cargo e esta pessoa nada mais irá fazer diante dessa Secretaria do que promover-se para, num futuro bem próximo tornar-se um Líder no Paraná, para disputar cargos eletivos.

Não haveria nenhuma importância que qualquer cidadão assumia um cargo público e venha disputar os cargos eletivos. Não, mas o que devemos contestar é que cria-se uma Secretaria de Estado para promoverem pessoas em prejuízo do próprio Estado e em prejuízo das liberdades públicas que nós tanto defendemos e que o nobre Líder Erondy Silvério, ao longo de sua vida pública, tem sido um baluarte também em defesa dessas mesmas liberdades.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Continua em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendia usar da palavra neste encaminhamento de votação do requerimento que foi apresentado pelo ilustre Deputado Airton Cordeiro.

Todavia, como fui chamado à discussão pelo nobre Deputado Lineu Turra, a quem rendo minhas homenagens, por ser um dos mais ilustres Deputados desta Casa, mas discordo do

enfoque que Sua Excelência deu ao requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro que nada mais é do que uma simples sugestão ao Chefe do Poder Executivo, para criar a Secretaria de Comunicação Social.

Mas, divirjo do nobre Deputado Lineu Turra no aspecto em que Sua Excelência afirma a todo o Paraná que, em nome das liberdades públicas, que não aprove-se o requerimento.

Não vejo em quê, nem porquê, a criação de uma Secretaria de Estado possa, de uma forma, ou de outra, violentar as liberdades públicas. Sempre estivemos do outro lado, na luta pelas liberdades públicas. E não seria agora, na condição de Líder do Governo, que iríamos votar contra um requerimento dessa natureza. Apenas por uma questão de foro íntimo, não acho que o requerimento de autoria do nobre Deputado Airton Cordeiro, propondo a criação da Secretaria de Comunicação Social, possa, nem de leve, atentar contra as liberdades públicas.

Nessas condições, e sendo uma matéria que tem por autor um ilustre Companheiro de nossa bancada, Deputado brilhante, em seu primeiro mandato, mas que provou suas qualidades de Parlamentar quando como Vereador à Câmara Municipal de Curitiba.

Assim, Sr. Presidente, votarei favoravelmente ao requerimento. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Continua em discussão.

O SR. LÁZARO DUMONT (Para encaminhar a votação). -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mesmo com a palavra de nosso Líder, deixando questão aberta sobre o assunto, e considerando, no meu entendimento, prioritário para o Paraná, a criação da Secretaria de Comunicação Social. Votarei favoravelmente ao requerimento apresentado pelo nobre Deputado Airton Cordeiro.

Mas, gostaria de deixar registrado, neste encaminhamento de votação, um apelo que faço a esta Assembléia Legislativa, a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, para que crie-se uma Secretaria do Trabalho. Porque, temos a Secretaria dos Recursos Humanos que foi criada para solucionar os problemas do funcionalismo público que anda pela cada dos 70, 80 mil. No entanto, a classe trabalhadora do Paraná que anda, hoje, pela casa dos dois milhões e meio, está totalmente marginalizada.

Anteriormente, houve a Secretaria do Trabalho, mas o seu último Secretário foi o nobre Deputado Valduga, mas ela foi extinta no governo passado.

Nestas condições, votarei favorável ao requerimento de autoria do nobre Deputado Airton Cordeiro. Mas, deixo o meu apelo para que crie-se a Secretaria do Trabalho.

Existe, é bem verdade, a Secretaria de Indústria e Comércio, mas essa está muito mais vinculada à classe empresarial do que aos nossos trabalhadores.

Portanto, damos nosso apoio ao requerimento que ora discute-se e deixamos o nosso apelo para que o Governo do Estado do Paraná crie, num futuro próximo, a Secretaria do Trabalho para atender a essa classe que tanto tem dado ao nosso Estado.

Era só, Sr. Presidente. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Concedo a palavra ao Senhor Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO -- Sr. Presidente, Senhores Deputados.

Já houve nos bastidores desta Casa e mesmo ouvi há pouco, quando do pronunciamento do Deputado Lineu Turra que esta seria uma orientação expressa de Brasília, para que se criasse a Secretaria de Comunicação, sugerindo implicitamente o nobre Deputado, que este Parlamentar ao apresentar a sugestão, nada mais fez do que seguir uma orientação. Em primeiro lugar, em nome da minha liberdade, da minha independência, eu quero esclarecer ao Deputado Lineu Turra de que Sua Exce-



lência fez uma observação absolutamente inverídica.

E vou mais além Senhor Presidente, Senhores Deputados. Permito-me invocar o testemunho de dois jornalistas que trabalham nesta Casa, com os quais tive o cuidado de trocar idéias a respeito da Secretaria de Comunicação, na semana passada e se alguém pode colocar em dúvida o meu posicionamento, espero que não coloque em dúvida o testemunho dos jornalistas Clóvis Stadler de Souza e Hugo Santana, que diariamente estão aqui conosco nesta Assembléia e com os quais e pelo respeito que tenho por ambos, conversei na semana passada sobre este assunto, dizendo inclusive da minha intenção de apresentar esta sugestão, colhendo subsídios, procurando razões para apresentar a este Plenário.

Longe de mim, portanto, estar seguindo aqui qualquer tipo de orientação e tanto isso é verdadeiro que aí está a Liderança partidária para atestar. Houvesse qualquer orientação, até mesmo para fecharmos questão, e não estaríamos enfrentando problemas para votação desta matéria.

Então peço ao Deputado Lineu Turra para acreditar, que há independência e liberdade de atuação neste Parlamento.

Gostaria também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a respeito de repercussão desta idéia particularmente no meio profissional, de trazer a este Plenário dois depoimentos que me são profundamente importantes. O primeiro deles, do Sindicato dos Jornalistas profissionais do Estado do Paraná, que nos chega às mãos neste momento, datado de 30 de agosto de 1979, e cujo conteúdo é o seguinte: (Lê)

"Ao Deputado Airton Cordeiro.

Prezado companheiro.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, no seu dever de acompanhar os fatos que envolvam a nossa profissão, vem em apoio ao projeto de criação da Secretaria da Comunicação Social. Lembramos no entanto, que os jornalistas que militam no setor público, esperam que tal medida venha solucionar o problema salarial que se arrasta por longos anos e ao mesmo tempo, torne-se um meio mais eficaz para facilitar a comunicação entre o Governo do Estado e os meios de comunicação, transmitindo aquelas informações à qual a população paranaense tem direito."

Jornalista Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

É um líder de classe, é um líder sindical, é um profissional que sente os problemas de toda uma classe. Não pode-se desprezar um depoimento como este.

Tenho também em mãos a declaração dos jornalistas Airton Luiz Batista, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais. É um homem do Paraná, hoje presidindo uma entidade de caráter nacional.

Diz o seguinte o jornalista Airton Luiz Batista: (Lê)

"Queremos ver na iniciativa do Deputado e jornalista profissional Airton Cordeiro, a idéia de criação de um organismo a favorecer todo um trabalho de entendimento democrático. Acredita a nossa Federação, que a proposição do Parlamentar, se materializada, fortalecerá a abertura observada agora, no entendimento entre os veículos e fontes oficiais de informação.

Seja pois, a Secretaria de Estado de Comunicação Social do Paraná, instrumento para melhor entendimento entre paranaenses de todos os quadrantes. Jamais um meio para o exercício do dirigismo da notícia; jamais conduto para a formação de opiniões uniformes, ou que lembre a qualquer tempo os dias de triste memória, pois há uma preocupação permanente de nossa categoria que os organismos oficiais encarregados de veicular as informações da área governamental não usem a máquina administrativa para forjar imagens dos dirigentes do poder, para distorcer fatos e induzir a opinião pública a aceitar situações que não confirmam com a verdade em toda a sua clareza.

Nós confiamos, e estamos a falar em nome da Federação Nacional de Jornalistas Profissionais, que a proposta do Deputado Airton Cordeiro sugerindo a criação da Secretaria de Estado de Comunicação Social do Paraná, venha reforçar o objetivo democrático que neste momento anima toda a Nação brasileira."

É um profissional que está dizendo, é um profissional que está afirmando, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais.

Quero valer-me também dos argumentos trazidos a este Plenário pelo Deputado Erondy Silvério, Líder da ARENA, ao responder o pronunciamento do Deputado Lineu Turra. Não existe qualquer tentativa de cercear qualquer liberdade. Pelo contrário, é o aperfeiçoamento de um sistema de comunicação, abrindo as portas para um acesso mais fácil para o trânsito da notícia com maior clareza, para que o público tenha melhor informação.

Fala-se muito nos meios de pressão, que esta Secretaria poderia ter sobre os órgãos de comunicação. Quem quer corromper, quem quer pressionar utiliza-se de outras formas, não de uma Secretaria de Estado que é um instrumento legal claro.

E eu tenho aqui em mãos também, Sr. Presidente, editorial e vou iniciar a leitura do editorial do "Correio de Notícias", jornal editado aqui em Curitiba, e que todos os dias mantém, aliás, uma equipe de jornalistas profissionais nesta Casa.

— (Lê o editorial)

#### "AS NOVAS ESTRUTURAS

O Deputado Airton Cordeiro sugeriu ao governo a criação da Secretaria de Estado da Comunicação Social. Argumenta o parlamentar que a crescente integração nacional, o crescimento da comunicação como elemento de importância para a coesão social, a influência sempre maior do jornalismo como veículo da opinião pública, estão a requerer uma nova estrutura administrativa para um setor que se encontra estrangulado pela limitação de um organograma anacrônico.

Observando a realidade paranaense é fácil verificar que o aparelho administrativo modificou-se mais de uma vez para atender necessidades de setores emergentes. Por este motivo e com este fundamento foram criadas, por exemplo, as secretarias de Indústria e Comércio e da Cultura.

Graças às alterações foi possível exorcizar o demônio burocratizador que, como se sabe, alimenta o fogo de seu inferno nos centros de decisão excessivamente atarefados. Trata-se, como lembrou há pouco um dos participantes de debate sobre o problema, de adotar, cada vez mais, uma abordagem macrodeseburocratizante, em vez de microdeseburocratizante. O problema dos pequenos papéis é importante, mas deve ser relegado a um plano dentro de um quadro geral, face ao problema das grandes estruturas prejudicadas pelo arcaísmo das leis que as geraram.

A criação de uma nova secretaria é, portanto, bem-vinda. O que se espera dela, além da competente execução de tarefas próprias, é que adote a preocupação de não ampliar seu campo de ação, ocupando área onde a imprensa livre atua com agilidade e eficiência. Como lembrou o deputado Airton Cordeiro, a filosofia da administração Ney Braga colabora para que isso não aconteça.

Logo que assumiu, aboliu o governador do Estado a informação elaborada pelo próprio governo e abriu as portas da administração estadual para o exercício do jornalismo independente. Este exemplo veio a ser seguido por outros governantes, por ser salutar, moralizador e democrático.

Mas é evidente que o Estado tem serviços a prestar no campo da comunicação e necessita instrumentos eficazes para tanto. Dentro de seu campo específico, a modernização é imperativo do tempo em que vivemos. E ela não poderá vir enquanto o setor de comunicação social estiver atrelado, como um apêndice, à Casa Civil do Governo.

Esta proposta, surgida na Assembléia Legislativa, já foi transformada em realidade não apenas na área federal, onde criou-se a Secom, com nível ministerial, mas também em vários importantes Estados brasileiros.

Em outras palavras: o Paraná foi pioneiro na abertura das portas do governo à imprensa livre. Mas já está um pouco atrasado na tarefa de adequar sua estrutura burocrática a esta nova realidade.

É um passo à frente que deve ser dado agora, quando há necessidade de alargar os canais entre povo e governo, dentro de um projeto maior, de promover o entendimento democrático entre todas as forças desta Nação. E, efetivamente, não vemos outro meio para isso a não ser a imprensa bem informada e com liberdade para desempenhar sua missão de aproximar homens, debater problemas e cimentar a unidade dos povos."

Como tenho, Sr. Presidente, o meu tempo esgotado, requeiro a Vossa Excelência, verbalmente, neste momento, para que dê este editorial por lido, na sua íntegra, para que os Anais da Casa registrem esta posição, de um jornal que é merecedor também, de todo o nosso respeito, o "Correio de Notícias".

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa atende a solicitação do nobre Deputado. Em votação o requerimento. — Aprovado.

O SR. WALDYR PUGULIESI - Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere. — (Procede à verificação de votação). 16 Srs. Deputados aprovam, 7 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação.  
O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Pediria que Vossa Excelência mandasse proceder a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados. — É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Responderam a chamada, 38 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Há "quorum" para votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento subscrito pelo nobre Deputado Airton Cordeiro, permaneçam como estão. — Aprovado.

O SR. WALDYR PUGLIESI -- (Pela ordem) -- Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Deferido o requerimento.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Airton Cordeiro, queiram levantar-se. -- (Pausa). -- Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. -- (Pausa).

22 Srs. Deputados aprovam; 4 rejeitam.  
Não há "quorum" para votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de proceder estudos visando a instituição do 13.º salário aos funcionários públicos do Estado. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da carta escrita no exílio pelo ex-Governador de Pernambuco, Miguel Arraes. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade ao Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, pelo mesmo ter dado posse aos vereadores cassados e anistiados. Em discus-

são.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de apoio e solidariedade aos motoristas de caminhões de transportes em greve do Município de Marechal Cândido Rondon. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que seja designado Juiz titular para a direção do Fórum da Comarca de Santa Isabel do Ivaí. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Conselho Interministerial de Preços, enfatizando a necessidade de imediato reajuste dos preços do trigo. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, visando a construção de duas salas de aula na Escola Estadual "Santa Cândida". — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao INCRA e ao ITC, encarecendo imediata interveniência em relação ao litígio de terras na zona suburbana de Pouso Frio, Município de Toledo. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao Sr. Presidente da República pela sanção do Projeto da Anistia. — Encerrada a discussão.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados que, logo após, haverá uma Sessão Especial em Comemoração a Semana da Pátria.

O SR. NILSO SGUAREZI -- (Questão de ordem). Sr. Presidente, eu invoco a liberalidade da Mesa, nesta questão de ordem, apenas para registrar que, neste momento, foi criado nesta Assembléia Legislativa, o Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa, constituído por todos os repórteres, jornalistas, radialistas, que dão cobertura de imprensa a esta Casa. E encaminho à Mesa, pedindo em nome da nossa bancada, e aos demais Colegas do Parlamento, que nos associemos num voto de louvor aos integrantes deste Comitê de Imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- A Mesa associa-se e faz o registro nos trabalhos desta sessão do devido evento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 31, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente. Levanta-se a sessão.

# 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO ESPECIAL REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 1979

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanuso e Túlio Zanchet.

Às 15:30 horas, é registrada a presença dos seguintes



Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (58).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Sob a proteção de Deus e verificada a existência de número legal, declaro aberta a presente sessão especial destinada a comemoração da Semana da Pátria.

Pala falar em nome do MDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci, inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Nos próximos dias de setembro, a Nação brasileira comemora a efeméride justamente chamada "Semana da Pátria", porque assinala os episódios de 1.822, quando, às margens do Ipiranga, um pugilo de brasileiros, tendo à sua frente o príncipe D. Pedro, proclamou a independência política da nossa terra.

Por indicação unânime da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, quero, neste plenário, manifestar que nós nos associamos, com emoção e respeito, às homenagens que serão prestadas aos heróis da nossa Independência.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Já de longe vinham os esforços patrióticos, de todos os cantos da nossa Pátria imensa, para dar-lhe um lugar entre as nações livres, a que fazia jus pelo grau de progresso a que chegara e pelo estágio de seu desenvolvimento social e cultural.

Luta cruenta, como todos os anseios de liberdade que contrariam interesses seculares arraigados, a grande e imortal figura que foi JOSÉ BONIFÁCIO, o Patriarca da Independência, soube aproveitar a impetuosidade do nosso primeiro Imperador, o príncipe D. Pedro, por cuja boca se ouviu, em todo o âmbito da terra brasileira, o grito de **Independência ou Morte**.

Na construção dessa formidável obra que foi a formação e a consolidação da Pátria brasileira, nas lutas que então se iniciaram e que se prolongaram por mais de uma década, muitos são os grandes nomes dos vultos eminentes daquela época legendária que a história recolheu e cultua com carinho nas suas páginas, apontando-nos esses grandes cidadãos como exemplos a imitar, com todo o nosso ardor de bons brasileiros.

Os nossos maiores nos deixaram um legado de honra, de bravura e de abnegação, que temos o orgulho de considerar o nosso maior patrimônio moral e que defenderemos até os limites extremos da nossa vida.

Com esta fé inabalável da nossa missão, é que vamos comemorar, como nos anos anteriores, a data máxima da nossa história.

Na verdade, não há diferença entre o Brasil de 1.822 e o Brasil dos nossos dias, porque os nossos objetivos são idênticos: a formação de um País livre, aberto a todos os seus filhos, receptivo a todos os credos políticos e religiosos, sem distinções entre ricos e pobres, brancos e negros, estudantes e operários. Aqui não existe discriminação racial ou social. Todos procuramos viver em comunhão fraterna, dentro desta

grande Pátria.

Hoje, com grandes dificuldades, já somos um País independente do ponto de vista político, mas ainda somos uma Nação com uma grande parte do seu território subdesenvolvido, e com uma ânsia de progresso cada vez mais acentuada.

Em 1.822, éramos quatro milhões de brasileiros, ocupando pequena parte do Território Nacional. Hoje, as frentes de luta pela independência econômica estão nos campos, nas fábricas, e em todos os setores fundamentais para o desenvolvimento do País onde vivem mais de cento e vinte milhões de pessoas.

O caminho percorrido foi longo e trabalhoso, e o que falta percorrer parece maior ainda. Precisamos de justiça para todos, como base para conquistar um lugar importante no cenário internacional, não somente no plano político, mas principalmente no plano econômico.

D. Pedro I foi verdadeiramente o fundador da nacionalidade, não somente por ter feito do Brasil uma Nação independente, como também por ter dado forma ao Estado, através da Constituição de 25 de março de 1.824.

Para a época, a Constituição de 1.824 consagrou os direitos humanos, a liberdade de pensamento, de palavra, de opinião, de imprensa, que passaram a figurar como direitos constitucionais.

Precisamos, agora, continuar a sua obra, aprimorando constantemente as nossas instituições. Não basta proclamar os direitos fundamentais do homem para que eles sejam respeitados. É necessário reafirmá-los, defendê-los, ampliá-los, com o direito à instrução, à educação, ao trabalho e à moradia para todos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Se nos debruçarmos sobre a história política da Nação brasileira, observamos que existe impressionante paralelismo entre o Brasil de 1.822 e o Brasil dos nossos dias.

Ontem, lutávamos pela nossa Independência política, pela nossa soberania, como processo de consciência e afirmação de maioria, pois o reconhecimento do valor da liberdade era o lema da mais sábia filosofia pregada pelos Inconfidentes de Minas Gerais e pelos nossos Deputados às Cortes de Lisboa.

Atualmente, a nossa luta é pela Independência econômica do nosso País, e deve ser dirigida contra as multinacionais que nos exploram impiedosamente, contra os maus brasileiros que se colocam a seu serviço contra os interesses do nosso povo, contra os grupos econômicos que dominam o comércio internacional das matérias-primas, que manobram no exterior para que nossos trabalhadores não tenham melhores salários, e para que os nossos produtores não tenham melhores preços.

Uma vasta bibliografia econômica veio, nos últimos anos, enriquecer sobremaneira as estantes das nossas bibliotecas. Aí estão os livros de Celso Furtado, de Caio Prado Júnior e de tantos outros grandes economistas.

Estamos acompanhando uma verdadeira renovação da abordagem de nossa evolução histórica. Os historiadores procuram ser mais objetivistas, mais realistas no exame dos fatos econômicos tais como se apresentam, sem rodeios e subterfúgios, pois não podemos deixar de reconhecer sua crescente importância na evolução dos povos.

No passado, em determinados períodos históricos, constatamos a influência de fatores religiosos, culturais e políticos, afetando profundamente o desenvolvimento dos povos. Atualmente, é de grande preponderância o fator econômico. Uma visão abrangente das etapas do nosso desenvolvimento nos mostra que, em nossos dias, o elemento econômico sobressai e ressalta do quadro político e social. Bastaria olhar para o mapa do Estado do Paraná. Aí está o Norte Novo, com toda a sua pujança; o Sudoeste, ocupado por gaúchos e catarinenses; e, mais recentemente, a integração da Região do Oeste ao potencial econômico do nosso Estado.

Ontem, o Brasil teve que lutar muito para alcançar o "status" e o caráter de personalidade internacional, para conseguir das demais nações o reconhecimento da sua emancipação política.

Foi imbatível a nossa diplomacia. Foi insuperável o trabalho diplomático brasileiro junto ao Governo da Inglaterra, não só para obter de Londres o reconhecimento da nossa Independência, como, por intermédio do governo britânico, conseguir-se de Portugal a aceitação de uma realidade que seria impossível remover.

Hoje, a nossa luta é pela nossa soberania sobre as duzentas milhas do nosso mar territorial, fonte de recursos indispensáveis para a sobrevivência de milhões de brasileiros.

A nossa luta é contra as barreiras do protecionismo comercial das grandes potências, contra os interesses egoístas dos Países industrializados, contra as distorções do nosso sistema econômico, contra a opressão do capitalismo internacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ao participarmos como representante da bancada Opositora, das comemorações da Semana da Pátria, não poderíamos deixar de lembrar que, ao par da independência política conquistada por nossos heróis nacionais, ao par de lembrarmos a necessidade de conquistarmos também a independência econômica relativamente à dependência em que vivemos em relação aos Países desenvolvidos, é necessário e imperioso que todo o povo brasileiro sintam-se livre e independente em todos os seus atos, com plena liberdade de expressão e pensamento, com nossos jovens tendo o direito principalmente à educação gratuita em todos os níveis; com nossos trabalhadores tendo o direito à remuneração justa, à moradia justa, à moradia digna, ao sindicato livre e reivindicador e não assistencialista, enfim, a que sejam realmente participantes da vida nacional; que nossos intelectuais tenham livremente direito à criação e publicação de suas obras; que as donas de casa não sintam-se atemorizadas cada vez que tenham de dirigir-se às feiras-livres ou supermercados, a fazer suas compras.

Finalmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Independência do Brasil, por suas razões profundas, é a transmissão de um legado, e só merece ser hoje comemorado festivamente se esse legado for dignamente cumprido."— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em nome da Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Render preito à Pátria, é reverenciar o seu passado, é construir o seu presente, é volver os olhos para o seu amanhã.

Estribado neste tripé, em nome da Liderança do meu partido, cumprir o mandamento que os representantes do Paraná, deliberaram inserir no roteiro de seus trabalhos.

No passado contemplo o pioneiro nativo que desfrutava dos dons que a terra lhe propiciava generosamente, dentro de uma liberdade invejável.

No descobridor espreia-se a presença do europeu que vinha buscar novos horizontes e com ele aportavam novos valores, nova mentalidade, outros conceitos de vida e cultura, implantava-se uma nova civilização e uma nova Nação à luz do dia e da História.

Nos bravos bandeirantes espelha-se a intrepidez do conquistador que ampliava as fronteiras, desbravando sertões e cochilhas, semeando marcos da posse da terra, para as gerações futuras.

Se a posse da terra encontrou tropeços nos caminhos das entradas e bandeiras, mais árdua fora a tarefa de preservar a integridade da conquista, pois inimigos desejavam usurpar o território do navegante português.

O ontem de nossa Pátria revestiu-se de bravura na delimitação das fronteiras; de coragem em mantê-las intactas; de força de ter uma terra sua, contra o invasor; de patriotismo nacional, quando chegou o momento de romper os vínculos umbelicais com a Pátria-mãe; de grandeza em jogar fora os laços, símbolo de vinculação com a Nação conquistadora, tornando-nos Império, e de visão quando o momento postulou a transformação em República.

O ontem de nossa Pátria no terreno político é pautado por momentos verdadeiramente merecedores de encômios, de admiração e dignos de imitação. Todavia o ontem econômico constituiu-se de luta titânica dos dirigentes e dos patriotas e nacionalistas.

Sucederam-se ciclos de culturas diversas. Começou com a fase de exploração da exuberante natureza e das ricas jazidas de ouro. Prosseguiu o novo ocupante dos trópicos a sugar as ricas potencialidades da flora e da fauna. Devastaram-se imensidões para implantar monoculturas. A mata virgem cedeu sua sombra à pastagem. Os imponentes reis das florestas tombaram sob o machado implacável que vinha das plagas européas, em busca de uma nesga de terra, para viver com pão e liberdade. Era o imigrante que vinha somar, com o trabalho de seu braço, a construção de uma Pátria nova.

A nossa geração rende o preito de homenagem a Pátria de hoje. O presente, cabe a nós construí-lo. Porisso a Pátria de hoje depende de nós.

Sabemos que a nossa geração já viveu momentos diversos; momentos de transformações profundas; momentos de desenvolvimento; momentos de mudanças políticas; momentos de profunda transformação de nossa economia.

Viveu a Pátria de hoje, a interiorização de sua Capital; atravessou a difícil fase da ditadura; vibrou com a redemocratização; sentiu a mudança brusca no movimento civil-militar de 1964 e acompanhou o caminhar da Revolução que nem sempre foi uma vereda de flores; assistiu a profunda transformação no campo da agricultura e da economia; esta Pátria está sendo construída com nossas mãos e com nossa inteligência.

Quanto é difícil construir uma Pátria, especialmente quando fatores alheios à vontade humana, interferem em nosso caminhar, ou quando deliberações externas nos afetam.

Sofremos, com o mundo o impacto da energia. Nossa civilização foi praticamente construída à base do petróleo e sobre rodas de borracha. De noite para o dia o líquido negro escureceu os rumos do mundo industrializado e nós em vias de desenvolvimento fomos tragicamente feridos.

A nossa economia cambaleante com os novos rumos levou os homens que geram os destinos desta Pátria a buscar soluções que nem sempre são as mais agradáveis, não são as mais cômodas e não são, talvez, as mais acertadas e as mais desejadas. Os reflexos atingiram os campos sociais, os campos político-institucionais, o setor de novas obras.

Temos plena consciência que a Pátria do presente está a exigir uma dose pesada de sacrifícios. No entanto, nós temos que unir as mãos e as vontades para, espelhados nos construtores de ontem, façamos um legado digno aos que nos sucederão.

Apesar dos graves óbices que a nossa geração enfrenta, vejo a Pátria de amanhã com otimismo, confiança. Ela não se construirá sozinha. Depende de todos. De mim, do trabalhador, do empregado, dos dirigentes. Da Situação e da Oposição. Do Governo e dos governados.

Nesta empreitada cívica e patriótica de hoje, depende a Pátria de amanhã. Potencialidades, nós as temos; vontade de trabalho, não carece o brasileiro; desejo de sermos um País grande, todos nutrimos. Estas são as razões que nos inspiram otimismo e confiança.

Sabemos que o hoje não é fácil para ninguém; só esta conscientização já é um alento, pois ela nos faz redobrar os

esforços para prosseguirmos na luta.

A Pátria espera que cada um cumpra o seu dever, creio que esta é a conclamação mais importante que cada brasileiro deve fazer neste momento. Exatamente numa hora de dificuldade é que se conhece o bom patriota, o verdadeiro patriota.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, no instante em que recebi a incumbência de prestar a homenagem à Pátria, confesso que a recebi um tanto temeroso, pois a hora preocupa a todo brasileiro consciente. Sentimos a crise não só diante dos olhos, mas dentro do nosso lar, dentro da comunidade, dentro do nosso ser.

Contudo o exemplo legado pelos construtores da Pátria de ontem, seus trabalhos, seu devotamento, sua fé inabalável nos destinos desta terra, nos dão o ânimo e a coragem para superar a cruz que nos cabe carregar no presente.

Os esforços que vemos em nossos dias são válidos. Buscamos novas fontes energéticas, envidamos esforços para exportar mais e importar menos, estudamos novas opções para nossos transportes, tudo isto mostra que a geração de hoje está imbuída de construir uma Pátria desenvolvida e humana em que os valores cristãos, a intrepidez dos desbravadores, a tenacidade do imigrante e o espírito de amor nesta terra nos inspirem na grande tarefa que nos cabe cumprir.

Tudo isto nos faz vislumbrar que a Pátria de amanhã, a Pátria dos nossos filhos, a Pátria das gerações futuras não nos acusará de omissos, indolentes e incapazes, mas tributará uma gratidão e respeito por termos a inteligência e a vontade de encontrar os meios mais eficazes e o caminho mais seguro.

Com estes sentimentos, com esta fé, com este otimismo, desejo registrar a homenagem à Pátria e agradecer aos Senhores Deputados a atenção dispensada.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Declaro encerrada a presente sessão.  
Levanta-se a sessão.

#### ATOS DA DIRETORIA GERAL

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E:

##### PORTARIA N.º 624/79

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de DIMITRYA PIRIH MARANHÃO, matrícula n.º 138, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6.742, de 03 de dezembro de 1.975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.977 e 1.978, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6.174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 05 de janeiro de 1.965 e 05 de novembro de 1.969, antecipado em razão das férias de 1.967, contadas em dobro;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos da fundamentação acima, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 05 de no-

vembro de 1.969 e 05 de março de 1.974, antecipado em razão da incorporação referente ao primeiro quinquênio e das férias de 1.973, contadas em dobro; e,

IV — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei n.º 6.174, a partir de 05 de julho de 1.978, data que, em razão das incorporações retro, referente ao primeiro e segundo quinquênios e das férias de 1.977, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

##### PORTARIA N.º 625/79

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ELENI SILVEIRA, matrícula n.º 326, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6.742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977 e 1978, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei n.º 6.174, a partir de 14 de fevereiro de 1.979, data que, em razão da contagem retro, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

##### PORTARIA N.º 626/79

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de SÍLVIA PEIXOTO GRANADO, matrícula n.º 227, ocupante do cargo de nível PL"19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1.973 e 07 de julho de 1.977, antecipado em razão das férias de 1.973, 1.974 e 1.975, contadas em dobro.

##### PORTARIA N.º 627/79

conceder nos termos do Art. 171, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a EUTHALIA MARTINS DA SILVA, matrícula n.º 245, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 06 de julho de 1.979, data em que, em razão da incorporação de tempo concedida pelo Ato n.º 330, de 09 de abril de 1.979, completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

##### PORTARIA N.º 628/79

transferir, para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário HENRIQUE WOJCIK, matrícula n.º 460, ocupante do cargo de nível PL"20", da Série de Classes de Oficial de Admi-

nistração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

**PORTARIA N.º 629/79**

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário MARCIO-NÍLIO SANCHO CAMBUHY, matrícula n.º 177, ocupante do cargo de nível PL"29", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

**PORTARIA N.º 630/79**

designar FLORENCE DE PADUA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado João Elísio, até 31 de dezembro de 1.979.

**PORTARIA N.º 631/79**

designar SÔNIA MARIA TENÓRIO ALBUQUERQUE, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Tércio Albuquerque, até 31 de dezembro de 1.979.

**PORTARIA N.º 632/79**

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de IONE CHAVES CAPRILHONE, matrícula n.º 337, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 1.º de março de 1.958 e 1.º de março de 1.963;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos da mesma fundamentação, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 1.º de março de 1.963 e 1.º de julho de 1.967, antecipado em razão da incorporação do primeiro quinquênio e das férias de 1.966, contadas em dobro;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos da fundamentação citada, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 1.º de julho de 1.967 e 1.º de outubro de 1.971, antecipado em razão da incorporação do segundo quinquênio e das férias de 1.967 e 1.968 (15 dias), contadas em dobro;

IV — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos da mesma fundamentação, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quarto quinquênio, compreendido entre 1.º de outubro de 1.971 e 1.º de fevereiro de 1.976, antecipado em razão da incorporação do terceiro quinquênio e das férias de 1.971 e 1.972, contadas em dobro;

V — conceder o acréscimo de mais cinco por cen-

to (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei n.º 6.174, a partir de 05 de dezembro de 1.975, data que, em razão das incorporações referentes ao primeiro, segundo e terceiro quinquênios, completou vinte (20) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

**PORTARIA N.º 633/79**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de HILÁRIO FREGONEZE, matrícula n.º 026, ocupante do cargo de nível PL"30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 1.º de agosto de 1.975 e 18 de junho de 1.979, antecipado em razão da incorporação referente ao terceiro quinquênio e das férias de 1.975, 1.976, 1.977 e 1.978, contadas em dobro.

**PORTARIA N.º 634/79**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6.742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de DARCI KLIEMANN, matrícula n.º 493, ocupante do cargo de nível PL"29", da Série de Classes de Cirurgião Dentista, do Grupo Ocupacional de Odontologia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.978, que deixou de gozar.

**PORTARIA N.º 635/79**

conceder, nos termos do Art. 171, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a JOAQUIM VIEIRA DA SILVA, matrícula n.º 524, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 16 de junho de 1.979, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

**PORTARIA N.º 636/79**

I — revogar o item II, da Portaria n.º 064/79, que autorizou BOANERGES DE MENEZES CALDAS, matrícula n.º 268, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Gabinete da 1a. Vice-Presidência.

II — designar o funcionário acima mencionado, para prestar serviços no Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de agosto de 1.979  
ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN  
DIRETOR GERAL